

Combate à fome em Goiás

Experiência em Monitoramento de Política Social

Não se discute a intrincada relação entre fome e pobreza, ambas complexas pelas carências que envolvem. Ao procurar refletir sobre o papel da Universidade na busca incessante de atenuá-las, pelo menos duas evidências se apontam, e procuraremos aqui discuti-las – a escola (alfabetização e ensino fundamental) constitui importante instrumento, além das políticas sociais vinculadas à educação: o fenômeno “fome” possui um caráter localizado e sazonal.

A Universidade tem clara, além da sua função social, a missão de promover o desenvolvimento sustentado, em suas dimensões socioeconômica, cultural, política e ambiental. Reconhece-se a necessidade premente do ataque às questões da fome, de forma estrutural, macroeconômica, mas sobretudo, há que se buscar diversificar as soluções, em nível regional e local, de forma estratificada e com o envolvimento crescente da comunidade.

A globalização e mercados cada vez mais exigentes devem se constituir em oportunidades para expansão do emprego e melhoria de renda das famílias envolvidas com a produção. O agronegócio já deu mostras do seu importante papel nos cenários nacional e internacional, demonstrando ser capaz de garantir suprimento alimentar, não se concebendo a hipótese de necessidade de importação de alimento para cumprir metas do programa, conforme anunciado. VAI FALTAR ALIMENTO[...]2003.

O agronegócio, pujante, em Goiás, pode exercer importante papel, inclusive político, além da função de gerar empregos – vínculos marcantes no combate à fome. De fronteira agrícola a importante celeiro da produção de grãos, carnes e leite, o estado de Goiás busca se estruturar e organizar tendo em vista a crescente agregação de valor, com mais qualidade, para atender consumidores cada vez mais exigentes nos mercados daqui, dos nossos parceiros comerciais e dos nossos competidores e consumidores internacionais.

Reconhece-se, também, de forma contundente, o importante papel da agricultura familiar no conjunto da produção. As tecnologias são abundantes, e estão em fase de constante escrutínio, na tentativa de se adaptarem aos diferenciados ambientes, físicos e socioeconômicos. Tem sido intenso o trabalho das instituições de ensino e extensão e da Embrapa, na expansão da base de conhecimentos para o agronegócio, nos diversos elos da cadeia produtiva. A característica sazonal da produção agropecuária, que é também marcante na sazonalidade da deman-

da por emprego, reflete-se na questão da fome.

Ao tratar da fome, e de suas características, estudo recente desenvolvido na UFG – contratado pelo MEC, através da Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Avaliação, da Secretaria Nacional do Programa de Bolsa Escola, com o apoio do PNUD – oportunizou uma análise, em grupos de comparação, desvendando importantes aspectos dessa realidade. Essa experiência merece um espaço à parte, uma análise mais detalhada. Ela surgiu de um trabalho detido de elaboração do Plano Nacional de Avaliação dos Programas de Bolsa Escola, do qual participamos, e culminou com a implementação do Projeto Piloto em Goiás (Simões & Teixeira, 2002; *Monitoramento dos programas...*, 2002).

Ao contatar 757 famílias-alvo dos programas de bolsa escola, em 60 municípios e 124 escolas, no Estado (120 famílias urbanas em Goiânia e 220 rurais, cuja renda principal é oriunda de atividades no campo), foi possível aferir suas rendas e despesas, suas condições de moradia e seu *status* nos programas sociais, em nível federal e estadual, estabelecendo linhas de base para a análise dos impactos e do custo-efetividade dos programas de bolsa escola implementados na Região. Importante ressaltar que o trabalho tem sido acompanhado de perto por consultores do BID, permitindo inferir a especificidade dessa população, enquanto não se concretizam as informações dos cadastros completos que se pretendem implementar.

O estudo piloto permitiu importantes inferências, para ações de combate a esses problemas crônicos que nos afligem. Ao aferir renda e despesas das famílias carentes assistidas pelos programas de bolsa escola, na capital e no interior do Estado, aspectos socioeconômicos relevantes emergem na caracterização dessa população-alvo:

- As rendas das famílias, classificadas em sextis, apresentaram valor *per capita* médio de R\$ 45,00 por mês e R\$ 22,00 de desvio-padrão, em maio de 2002.
- As famílias com média menor que dois desvios-padrões de renda constituem um grupo de 30, cuja renda-base (sem benefícios dos programas) *per capita* foi declarada inferior a R\$ 1,00/mês. Dependem exclusivamente da renda dos programas sociais.
- A composição da renda total das famílias é predominantemente (60%) resultante dos rendimentos dos adultos, ou do trabalho de outros membros (10%) e de aposentadorias (3,8%). As ajudas governamentais, em bolsa escola e seguro desemprego, representam 22,4%, no conjunto; as cestas básicas e os tíquetes-alimentação, 2,5%.
- Dentre os responsáveis por essas famílias, 92,3% são mulheres; desses, 12,8% têm grau zero de instrução (são analfabetos), 4,6%, ensino médio completo e 13,1% estão na escola.
- Dentre essas famílias, 68% possuem residência própria – 98% do total das residências com energia elétrica e 91% com água encanada.
- Do total das famílias estudadas, 82, ou 10,8%, foram classificadas como indigentes, cuja renda-base não é suficiente para cobrir os gastos com alimentação. Esse contingente constitui o primeiro alvo de políticas de combate à fome. Quando considerada a renda dos programas de bolsa escola, esse número de indigentes se reduz a 31, ou seja, os programas reduzem a indigência, nessa amos-

tra, em 62%.

- Crianças de famílias rurais tendem a apresentar menores índices de atraso escolar.
- A grande maioria (96,8%) das famílias prefere o benefício da bolsa escola à cesta de alimentos, uma vez que pode usar o benefício para aquisição de material escolar, roupa e comida.
- A grande carência deixa clara a necessidade de ampliar, e muito, o número de cotas. Esse fato se evidencia no contato com as escolas, cuja comunidade reconhece a importância dos programas e a necessidade de ampliá-los, para o atendimento a um número maior de beneficiários.

Essas constatações nos fazem supor que é necessário explorar ao máximo as interfaces da fome e da pobreza com programas educacionais, e que a escola tem papel fundamental no sucesso desses programas, no comprometimento das famílias e da comunidade.

Explorar as características regionais, atenuar a sazonalidade do emprego, pelas vias da tecnologia, e intensificar ações que visem constituir oportunidades de valorização do nosso capital humano, nas atividades do agronegócio, principalmente no interior, constituem elementos-chave na busca de soluções desses problemas intrigantes para a nossa sociedade.

Questões educacionais, intimamente ligadas ao capital humano da Empresa, passam a ter importância fundamental também no agronegócio à medida que novas tecnologias são apropriadas. Essas tecnologias exigem um nível de escolaridade mais alto, contribuindo para melhor gestão da atividade e para sua função social. Com o auxílio das tecnologias, o agronegócio pode desempenhar melhor o seu importante papel de produzir alimento, garantindo a segurança e salubridade dos alimentos.

**Professora da Escola de Agronomia - UFG e*

pesquisadora da Embrapa.

Referências

- SIMÕES, Armando Amorim; TEIXEIRA, Sônia Milagres. (Org.). *Plano Nacional de Avaliação do Programa de Bolsa Escola*. Brasília: Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Avaliação da Secretaria Nacional do Programa de Bolsa Escola/MEC, 2002.
- MONITORAMENTO dos programas de bolsa escola em Goiás. Brasília, 2002. Relatório para MEC e PNUD.
- VAI FALTAR alimento para o Fome Zero. *Correio Brasiliense*, Brasília, 24 jan. 2003.